

Autopass S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Índice

	Página
Relatório do auditor independente	3
Relatório da Administração e demonstrações contábeis	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	17

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105
12º andar | Edifício Berrini One | Itaim Bibi
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100

Aos Administradores e Acionistas da
Autopass S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Autopass S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopass S.A. em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

1. Processo de captura, processamento e liquidação das transações de receita, contas a receber e bilhetagem eletrônica – Notas nºs 20, 6 e 13

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Tendo em vista os impactos no reconhecimento da receita oriundos do processo de registro, processamento e liquidação das transações eletrônicas de bilhetagem e respectivo reflexo em determinadas rubricas, como receitas, contas a receber e bilhetagem eletrônica e, adicionalmente, devido a diversificação dos produtos oferecidos pela Companhia e suas formas de comercialização (além da pulverização de sua base de clientes, do volume de transações e da necessidade de manutenção de controles sistêmicos implementados com objetivo de gerenciamento, registro e controle dos créditos eletrônicos vendidos, além da alta complexidade inerente ao processo automático de captura, processamento e liquidação das transações), este tema foi, após nossas análises sobre todos os riscos significativos dos exercícios sob exame, considerado um assunto relevante e, portanto, crítico para a nossa auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Para as receitas referentes à taxa de credenciamento (cobrada de empresas que comercializam o crédito de vale-transporte e vendas diretas à empregadores), com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, realizamos os seguintes procedimentos:
 - § Avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles gerais chaves de tecnologia da informação associados com a captura, processamento e liquidação das transações de vendas de créditos eletrônicos, adequação do reconhecimento de receita, contas a receber e respectivo passivo de repasse;
 - § Realizamos avaliação dos aspectos de acesso lógico e físico, das alterações ocorridas e do desenvolvimento de sistemas e programas de infraestrutura, cópia e armazenamento de informações (backup), além de revisão dos controles chaves automatizados relacionados aos processos de negócio definidos como relevantes, executando mapeamento e avaliação de interfaces contábeis, de controles de acesso, configurações de regras de negócio e cálculos automatizados;
 - § Analisamos a conciliação e dados transacionais de vendas de créditos eletrônicos nos exercícios de 2018 e 2017 (atentando para a competência e corte das transações);
 - § Efetuamos testes de integridade e consistência dos registros transacionais de vendas de créditos eletrônicos;
 - § Efetuamos testes, em base amostral, na conciliação dos registros de vendas de créditos eletrônicos transacionados entre os sistemas aplicativos SBE (Bilhetagem), SAP (Contábil e Fiscal) e Billet Service (transferência de arquivos de cobrança);
 - § Efetuamos testes, em base amostral, da conciliação dos registros de vendas de créditos eletrônicos no sistema SAP e respectivo recebimento bancário;
 - § Confrontamos o relatório de faturamento extraído do portal da Prefeitura de São Paulo com as notas fiscais emitidas de 2018 e 2017 e o respectivo registro auxiliar de vendas (reconciliado com os registros contábeis), bem como analisamos as movimentações mensais e efetuamos recálculo dos impostos incidentes;
 - § Confirmamos saldos referentes às transações realizadas através de circularização de saldos;
 - § Avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

- Para as receitas referentes à gestão de vendas do Consórcio Metropolitano de Transportes (CMT), taxa de administração municipal, rede de vendas (créditos do Bilhete Único – SP Trans), taxa de emissão de segunda via dos cartões eletrônicos e outras receitas (taxa cobrada pela recarga de bilhetes via internet, tarifa de entrega a domicílio e outras intermediações), realizamos os seguintes procedimentos:
 - § Analisamos a conciliação e dados transacionais de vendas de créditos eletrônicos nos exercícios de 2018 e 2017 (atentando para a competência e corte das transações);
 - § Efetuamos testes, em base amostral, da conciliação dos registros de vendas de créditos eletrônicos no sistema SAP e respectivo recebimento bancário (e recálculo a partir da taxa cobrada para vendas CMT e utilização para taxa de administração municipal);
 - § Confrontamos o relatório de faturamento extraído do portal da Prefeitura de São Paulo com as notas fiscais emitidas de 2018 e 2017 com o respectivo registro auxiliar de vendas (reconciliado com os registros contábeis), bem como analisamos as movimentações mensais e efetuamos recálculo dos impostos incidentes;
 - § Avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Adicionalmente, efetuamos testes, em base amostral, no processo de registro, processamento, reconciliação e reporte dos lançamentos na rubrica Bilhetagem eletrônica (no passivo circulante), atentando para a competência e corte das transações, análise das conciliações dos registros contábeis e dados transacionais de vendas de créditos eletrônicos e respectivo recebimento bancário, bem como reconciliação das transações para registro do passivo de repasse junto às respectivas partes envolvidas (rede de vendas, SP Trans e CMT).

Com base na abordagem de nossa auditoria, nos procedimentos efetuados e evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento de receita de vendas (e impostos incidentes), registro do contas a receber e registro do passivo referente à venda de créditos de bilhetes eletrônicos (repasse) são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota nº 2, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram identificados ajustes e reclassificações contábeis de competência de exercícios anteriores. Desta forma, os valores correspondentes relativos às informações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto pelo CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (*IAS 8 – Accounting policies, changes in accounting estimates and errors*) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (*IAS 1 – Presentation of financial statements*), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Contrato Consórcio Metropolitan de Transportes (“CMT”)

Conforme mencionado na Nota nº 1, as operações da Companhia são reflexo substancial do Contrato de Prestação de Serviços, Locação de Equipamentos e Outras Avenças firmado com o CMT em 27 de outubro de 2015 (com aditivo firmado em 2 de janeiro de 2018), com prazo de vigência indeterminado. As operações da Companhia dependem da manutenção deste contrato. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes de 2017

Os valores correspondentes referentes ao balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, haviam sido anteriormente auditados por outro auditor independente, cujo relatório, datado de 21 de março de 2018, foi emitido sem modificação referente à auditoria do balanço patrimonial e com abstenção de opinião sobre o desempenho das operações, que incluem as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram novamente examinados por nós e estão sendo reapresentados em virtude do assunto discutido na seção “Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes”. Desta forma, o relatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (anteriormente emitido por outro auditor independente) foi substituído pelo presente relatório que inclui, além da nossa opinião sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, nossa opinião sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Ausência de auditoria dos valores correspondentes de 2016

Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2019



Octavio Zampirolo Neto
CT CRC 1SP-289.095/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Relatório da Administração

Prezados Acionistas, Clientes e Colaboradores

A Administração da Autopass S.A., atendendo as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O ano de 2018 foi um ano de importantes avanços em nosso modelo de negócios e na expansão de nossas áreas de atuação. Para o ano de 2019 continuaremos focados na eficiência operacional, intensificando esforços na estratégia de desenvolver relacionamento com nossos clientes e diversificação na oferta de produtos e serviços.

Destaques

- Receita líquida -- Atingiu R\$119,9 milhões no exercício de 2018, um incremento de 53,3% em relação ao exercício anterior.
- Lucro bruto -- Em 2018, o lucro bruto atingiu R\$74,8 milhões, aumento de 91,1% em relação ao exercício anterior, enquanto a margem bruta no exercício atingiu 62,4%, 12 p.p. acima do observado em 2017.
- Lucro líquido e margem líquida -- O lucro líquido atingiu R\$23,9 milhões, frente R\$7,2 milhões em 2017. A margem líquida no exercício de 2018 foi de 19,9% (9,2% em 2017).

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pelo esforço e dedicação que nos levaram a alcançar excelentes resultados.

Autopass S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	2018	(Reapresentado) 2017	(Reapresentado/ não auditado) 2016
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	57.989	40.158	12.564
Contas a receber	6	17.020	6.881	10.320
Impostos a recuperar	-	839	1.186	443
Outros créditos	7	4.085	2.328	33.327
Despesas antecipadas	8	3.394	3.907	124
Total do ativo circulante		<u>83.327</u>	<u>54.460</u>	<u>56.778</u>
Ativo não circulante				
Impostos diferidos	19	2.128	1.514	-
Depósitos judiciais	-	32	91	91
Outros créditos	7	-	438	1.457
Propriedade para investimentos	11	2.870	2.870	-
Imobilizado	10	6.132	5.595	4.389
Intangível	12	6.247	6.458	871
Total do ativo não circulante		<u>17.409</u>	<u>16.966</u>	<u>6.808</u>
Total do ativo		<u>100.736</u>	<u>71.426</u>	<u>63.586</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Autopass S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2018	(Reapresentado) 2017	(Reapresentado/ não auditado) 2016
Passivo circulante				
Bilhetagem eletrônica	13	45.710	40.832	32.237
Fornecedores	14	7.912	7.174	3.200
Empréstimos e financiamentos	-	142	434	427
Obrigações tributárias e trabalhistas	15	8.630	6.438	7.768
Outras contas a pagar	-	3.044	5.041	2.358
Dividendos a pagar	17.c	5.659	1.510	-
Total do passivo circulante		71.097	61.429	45.990
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	136	569
Fornecedores	14	-	1.355	-
Provisão para demandas judiciais	16	7.314	4.232	2.714
Total do passivo não circulante		7.314	5.723	3.283
Patrimônio líquido				
Capital social	17.a	24.943	24.943	21.500
Reserva legal	17.b	2.155	963	605
Reserva de lucros	17.d	17.379	520	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	(1.442)
Reserva de capital	17.f	(24.365)	(24.365)	(6.350)
Reserva de lucros não realizados	17.e	2.213	2.213	-
Total do patrimônio líquido		22.325	4.274	14.313
Total do passivo e do patrimônio líquido		100.736	71.426	63.586

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Autopass S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	2018	(Reapresentado) 2017
Receita líquida	20	119.854	78.163
Custo dos serviços prestados	21	(45.024)	(39.013)
Lucro bruto		<u>74.830</u>	<u>39.150</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	21	(41.525)	(30.571)
Vendas e marketing	21	(2.679)	(4.160)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	11	2.260	3.227
		<u>(41.944)</u>	<u>(31.504)</u>
Lucro operacional antes das despesas financeiras e impostos		<u>32.886</u>	<u>7.646</u>
Resultado financeiro	22		
Despesas financeiras		(308)	(1.000)
Receitas financeiras		1.297	1.953
Resultado financeiro líquido		<u>989</u>	<u>953</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>33.875</u>	<u>8.599</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19	(10.861)	(2.944)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19	614	1.514
Lucro líquido do exercício		<u>23.628</u>	<u>7.169</u>
Cálculo do lucro líquido básico e diluído por ações:			
Média ponderada do número de ações em circulação em cada exercício		24.942	21.509
Lucro líquido básico e diluído por ações (expressos em reais)		<u>0,96</u>	<u>0,33</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Autopass S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	(Reapresentado) 2017
Lucro líquido do exercício	23.828	7.169
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	23.828	7.169

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Autopass S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Reserva de capital	Reserva de lucros não realizados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado/não auditado)		21.500	605	-	(1.442)	(6.350)	-	14.313
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.169	-	-	7.169
Ganhos não realizados na operação de permuta	17.a/11	-	-	-	(2.213)	-	2.213	-
Constituição de reserva legal	17.b	-	358	-	(358)	-	-	-
Dividendos declarados no exercício	17.c	-	-	-	(1.510)	-	-	(1.510)
Transferência para reserva de lucros	17.d	-	-	520	(1.646)	1.126	-	-
Registro de transação de créditos entre acionistas	17.f	-	-	-	-	(19.141)	-	(19.141)
Incorporações	2	3.443	-	-	-	-	-	3.443
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)		24.943	963	520	-	(24.365)	2.213	4.274
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.828	-	-	23.828
Constituição de reserva legal	17.b	-	1.192	-	(1.192)	-	-	-
Dividendos declarados no exercício	17.c	-	-	-	(5.659)	-	-	(5.659)
Outros ajustes	-	-	-	(118)	-	-	-	(118)
Transferência para reserva de lucros	17.d	-	-	16.977	(16.977)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		24.943	2.155	17.379	-	(24.365)	2.213	22.325

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Autopass S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	(Reapresentado) 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	33.875	8.599
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	3.730	2.708
Ganho (perda) sobre baixas de ativo imobilizado	584	(179)
Provisão para demandas judiciais	3.609	1.518
Resultado não realizado com permuta de ativos	-	(2.213)
Pagamentos efetuados referentes demandas judiciais	(527)	-
Juros de empréstimos e financiamentos obtidos junto à terceiros	62	-
Outras transações	(118)	(19.141)
	41.215	(8.708)
Decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(10.139)	24.007
Impostos a recuperar	347	(573)
Outros créditos e despesas antecipadas	(806)	28.239
Depósitos judiciais	59	-
Fornecedores	(617)	5.329
Obrigações tributárias e trabalhistas	262	1.536
Bíbetagem eletrônica	4.878	(8.156)
Outras contas a pagar	(1.997)	2.683
Caixa gerado das operações	33.202	44.357
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.731)	(5.810)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	24.471	38.547
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(4.640)	(9.979)
Caixa usado nas atividades de investimento	(4.640)	(9.979)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos obtidos junto à terceiros	(490)	(10.426)
Empréstimos e financiamentos obtidos junto à terceiros	-	10.000
Dividendos pagos	(1.510)	(555)
Caixa usado nas atividades de financiamento	(2.000)	(981)
Caixa e equivalentes de caixa de empresa incorporada no exercício	-	7
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	17.831	27.594
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	40.158	12.564
No final do exercício	57.989	40.158
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	17.831	27.594

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Autopass S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>(Reapresentado) 2017</u>
Receitas		
Prestação de serviços	135.666	91.254
	135.666	91.254
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros	(27.737)	(16.478)
Materiais	(384)	(672)
Locações	(6.766)	(1.460)
Outras despesas operacionais	(2.971)	2.333
Outros custos operacionais	(18.803)	(40.364)
	(56.661)	(56.641)
(-) Depreciação e amortização	(3.730)	(2.708)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.297	1.953
	1.297	1.953
Valor adicionado a distribuir	<u>76.572</u>	<u>33.858</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	(17.407)	(8.509)
Benefícios	(4.677)	(1.777)
Auxílio alimentação	(1.924)	(908)
Assistência médica e odontológica	(2.168)	(738)
Vale-transporte	(321)	(103)
Auxílio-educação	(1)	(3)
Outros	(263)	(25)
FGTS	(1.766)	(672)
Total pessoal	(23.850)	(10.958)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(25.316)	(11.620)
INSS	(4.012)	(1.789)
Imposto de renda e contribuição social	(10.081)	(800)
PIS e COFINS	(10.978)	(8.401)
Outros impostos e taxas	(245)	(630)
Estaduais	-	(1)
		(1)
Municipais	(3.270)	(3.110)
IPTU	(261)	(110)
ISS	(3.009)	(3.000)
Total impostos, taxas e contribuições	(28.586)	(14.731)
Remuneração de capital de terceiros	(308)	(1.000)
Outras despesas financeiras	(308)	(1.000)
Remuneração de capital próprio	(23.828)	(7.169)
Reserva de lucros	(18.169)	(5.659)
Dividendos	(5.659)	(1.510)
Valor adicionado distribuído	<u>(76.572)</u>	<u>(33.858)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Autopass S.A. (“Autopass” ou “Companhia”), anteriormente denominada Promobom Autopass S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 – 3º andar, São Paulo, SP, tendo como objeto principal a automação e gestão de operações de pagamento antecipado de viagens realizadas por qualquer modal de transporte coletivo, além da intermediação de negócios vinculados à atividade de transporte de passageiros e à comercialização de cartões e créditos de vale-refeição, vale-alimentação e de cartões pré-pagos com ou sem a função transporte, podendo ainda participar como sócia ou acionista em outras sociedades.

O sistema de bilhetagem da Companhia atende às empresas do Consórcio Metropolitano de Transportes (CMT), Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRO), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), o transporte municipal da Prefeitura de Itapeverica da Serra (entre outras redes de transportes municipais), sendo que a rede de vendas da Companhia está entre as 10 maiores prestadoras de serviços de vendas de créditos de bilhete único para SPTrans.

Eventos significativos dos últimos anos:

Alteração do controle da Sociedade – Em dezembro de 2016, a totalidade das ações da Companhia foi adquirida pela Mondopass S.A.;

Alteração da razão social – Em 22 de maio de 2017, a razão social da Companhia passou a ser denominada Autopass S.A. (anteriormente Promobom Autopass S.A.);

Incorporação da Promojet – Em 31 de dezembro de 2017, como parte do processo de simplificação societária a Promojet Gestão S.A., uma empresa controlada pela Mondopass S.A., foi incorporada pela Companhia (vide Nota nº 2).

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade, bases de elaboração e de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, e orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foram aprovadas para emissão e divulgação de acordo com a aprovação dos membros do Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2019. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) e as demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Reapresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)

Adotamos novos procedimentos com o objetivo de ajustar nossas práticas contábeis aos critérios utilizados na preparação de nossas demonstrações contábeis e os principais procedimentos relacionados aos critérios para correção de estimativas, incluindo depreciação, amortização, provisão para demandas judiciais, regularização de determinadas contas a receber e saldos de bilhetagem eletrônica, provisão para participação nos resultados, reclassificação de saldo de depósitos judiciais para ativo não circulante, reclassificação de despesas antecipadas para ativo intangível, reclassificação de impostos diferidos do circulante para não circulante, entre outros assuntos identificados (em detrimento de erros anteriores). Em decorrência desses assuntos, procedemos com certos ajustes às demonstrações contábeis dos valores correspondentes para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, visando adequar as referidas práticas e critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme segue:

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

Reapresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (não auditado) - Continuação

Balancos patrimoniais:

	2017	2017	2017	2016	2016	2016
	(Anterior)	(Reapresentado)	(Ajustes)	(Anterior/não auditado)	(Reapresentado/não auditado)	(Ajustes)
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	40.158	40.158	-	12.564	12.564	-
Contas a receber de clientes	5.531	6.881	(1.350)	7.809	10.320	(2.511)
Impostos a recuperar	1.311	1.186	125	568	443	125
Impostos diferidos	1.514	-	1.514	-	-	-
Outros créditos	2.190	2.328	(138)	32.034	33.327	(1.293)
Despesas antecipadas	4.425	3.907	518	2.467	124	2.343
Depósitos judiciais	91	-	91	91	-	91
Total do ativo circulante	55.220	54.460	760	55.533	56.778	(1.245)
Não circulante						
Impostos diferidos	-	1.514	(1.514)	-	-	-
Depósitos judiciais	-	91	(91)	-	91	(91)
Outros créditos	438	438	-	-	1.457	(1.457)
Despesas antecipadas	3.391	-	3.391	-	-	-
Propriedade para investimentos	-	2.870	(2.870)	-	-	-
Imobilizado	8.441	5.595	2.846	4.240	4.389	(149)
Intangível	3.508	6.458	(2.950)	794	871	(77)
Total do ativo não circulante	15.778	16.966	(1.188)	5.034	6.808	(1.774)
Total do ativo	70.998	71.426	(428)	60.567	63.586	(3.019)
Passivo						
Circulante						
Bilhetagem eletrônica - venda de créditos	20.960	40.832	(19.872)	26.170	32.237	(6.067)
Fornecedores	7.029	7.174	(145)	3.051	3.200	(149)
Empréstimos e financiamentos	434	434	-	427	427	-
Obrigações tributárias e trabalhistas	6.438	6.438	-	7.607	7.768	(161)
Outras contas a pagar	3.143	5.041	(1.898)	2.655	2.358	297
Dividendos a pagar	1.510	1.510	-	-	-	-
Total do passivo circulante	39.514	61.429	(21.915)	39.910	45.990	(6.080)
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	136	136	-	569	569	-
Fornecedores	1.355	1.355	-	-	-	-
Provisão para demandas judiciais	971	4.232	(3.261)	1.569	2.714	(1.145)
Total do passivo não circulante	2.462	5.723	(3.261)	2.138	3.283	(1.145)
Patrimônio líquido						
Capital social	24.942	24.943	(1)	21.500	21.500	-
Reserva legal	923	963	(40)	605	605	-
Reserva de lucros	944	520	424	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	(3.586)	(1.442)	(2.144)
Reserva de lucros não realizados	2.213	2.213	-	-	-	-
Outras reservas	-	(24.365)	24.365	-	(6.350)	6.350
Total do passivo e do patrimônio líquido	70.998	71.426	(428)	60.567	63.586	(3.019)

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

Reapresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (não auditado) - Continuação

Demonstrações do resultado e resultado abrangente:

	2017 (Anterior)	2017 (Reapresentado)	2017 (Ajustes)
Receita líquida	81.382	78.163	3.219
Custo dos serviços prestados	(42.147)	(39.013)	(3.134)
Lucro bruto	39.235	39.150	85
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	(29.209)	(30.571)	1.362
Vendas e marketing	(4.205)	(4.160)	(45)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	3.227	3.227	-
	(30.187)	(31.504)	1.317
Lucro operacional antes das despesas financeiras e impostos	9.048	7.646	1.402
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(1.000)	(1.000)	-
Receitas financeiras	1.953	1.953	-
Resultado financeiro líquido	953	953	-
Lucro antes de impostos de renda e da contribuição social	10.001	8.599	1.402
Corrente	(2.944)	(2.944)	-
Diferido	1.514	1.514	-
Lucro líquido do exercício	8.571	7.169	1.402
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	8.571	7.169	1.402

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido:

	Apresentado	Reapresentado	Ajustes
Saldo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 (Não auditado)	18.519	14.313	4.206
Reserva legal	923	963	(40)
Reserva de lucros	944	520	424
Outras reservas	-	(24.365)	24.365
Saldo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017	29.022	4.274	24.749

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

Reapresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (não auditado) - Continuação

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto:

	2017	2017	2017
	(Anterior)	(Reapresentado)	(Ajustes)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.571	8.599	(28)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	797	2.708	(1.911)
Ganho (perda) sobre baixas de ativos imobilizado	(1.730)	(179)	(1.551)
Constituição de outras provisões	1.578	-	1.578
Provisão para perda de recebimento de venda de créditos	535	-	535
Despesa de imposto de renda	2.944	-	2.944
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.514)	-	(1.514)
Provisão para demandas judiciais	(598)	1.518	(2.116)
Resultado não realizado com permuta de ativos	-	(2.213)	2.213
Outras transações	-	(19.141)	19.141
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes	2.279	24.007	(21.728)
Impostos a recuperar	(647)	(573)	(74)
Outros créditos e despesas antecipadas	14.053	28.239	(14.186)
Depósitos judiciais	-	-	-
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores	5.333	5.329	4
Obrigações tributárias e trabalhistas	(1.168)	1.536	(2.704)
Bilhetagem eletrônica - venda de créditos	(1.634)	(8.156)	6.522
Outras contas a pagar	16.377	2.683	13.694
Caixa gerado das operações			
Juros pagos	(161)	-	(161)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.542)	(5.810)	3.268
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>42.473</u>	<u>38.547</u>	<u>3.926</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento de venda de imobilizado e intangível	9	-	9
Empréstimos a receber de partes relacionadas	(10.000)	-	(10.000)
Incorporação de empresa líquido de caixa	3.435	-	3.435
Caixa de empresas incorporadas	7	-	7
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(7.904)	(9.979)	2.075
Caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(14.453)</u>	<u>(9.979)</u>	<u>(4.474)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos obtidos junto à terceiros	10.000	10.000	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos obtidos junto à terceiros	(10.426)	(10.426)	-
Dividendos pagos	-	(555)	555
Caixa usado nas atividades de financiamentos	<u>(426)</u>	<u>(981)</u>	<u>555</u>
Caixa e equivalentes de caixa de empresa incorporada no exercício	-	7	(7)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>27.594</u>	<u>27.594</u>	-
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	12.564	12.564	-
No fim do exercício	40.158	40.158	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>27.594</u>	<u>27.594</u>	-

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

Incorporações

Em 31 de dezembro de 2017, a Promojet Gestão S.A., então controlada pela Mondopass S.A., foi incorporada pela Companhia. O processo foi suportado por laudo de avaliação a valor contábil, emitido por peritos avaliadores independentes. Apresentamos a seguir os ativos e passivos a valores contábeis e os respectivos acervos líquidos na data-base da incorporação:

Ativo	31/12/2017	Passivo	31/12/2017
Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	7	Bilhetagem eletrônica	16.751
Contas a receber	20.569	Dividendos a pagar	555
Impostos a recuperar	170	Total do passivo circulante	17.306
Outros créditos	3		
Total do ativo circulante	20.749	Patrimônio líquido	
		Capital social	10
		Reserva legal	2
		Reserva de lucros a realizar	3.431
		Total do patrimônio líquido	3.443
Total do ativo	20.749	Total do passivo	20.749

3. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

3.1. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para seus clientes.

As receitas de taxa de credenciamento decorrentes da operação de venda de créditos para utilização de passagens eletrônicas são apropriadas ao resultado de acordo com o processamento da liberação dos créditos nos cartões eletrônicos de transportes.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis - Continuação

3.1. Reconhecimento de receita - Continuação

A receita decorrente de serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos (bilhetagem eletrônica), bem como outros serviços prestados à clientes, é apropriada no resultado quando as obrigações de desempenho são atendidas (isto é, mediante a utilização dos créditos eletrônicos pelos usuários de transporte).

3.2. Instrumentos financeiros

(i) Classificação – O CPC 38 (IFRS 9) determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma eliminou as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Companhia interpreta inicialmente o ativo financeiro relativo as contas a receber como mensurável ao custo amortizado de acordo com o CPC 48 (IFRS 9), pois pretende manter o ativo até o vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto;

(ii) Redução no valor recuperável (*Impairment*) – A nova norma substitui o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. No segmento de bilhetagem eletrônica, a Administração não identificou impactos relevantes na adoção desta norma na estimativa das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, bem como na rubrica de contas a receber de clientes;

(iii) Contabilidade de *hedge* – A nova norma torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos. As novas regras não impactaram a Companhia devido à ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

3.4. Contas a receber

São registradas pelo valor faturado ajustado a valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas a serem registradas no resultado do exercício seguinte estão apresentadas nas demonstrações contábeis pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no exercício corrente, de forma a obedecer ao regime de competência.

3.6. Ativo imobilizado e intangível

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou grupo de ativos, pelo método linear, de modo que reflita seu valor residual após sua vida útil.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefícios econômicos.

A cada encerramento de exercício, a Administração revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (o maior valor entre o valor em uso e o valor justo, reduzido dos custos de venda). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo e de seu valor de mercado, se necessário.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Ativo imobilizado e intangível--Continuação

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear e a suas vidas úteis estimadas, que são revisadas anualmente, ou sempre que houver alterações significativas nas perspectivas de uso, estão demonstradas a seguir:

Ativo imobilizado	Vidas úteis estimadas
Móveis e utensílios	10
Veículos	05
Instalações	5 a 10
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Equipamentos de informática	05
Benfeitorias em imóveis de terceiros	02 a 05

3.7. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável de seus ativos financeiros, e quando da existência de indicadores da perda, o valor recuperável desses ativos. Se o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, uma perda no montante dessa diferença é reconhecida no resultado daquele período.

Para testes de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, os ativos são agrupados na menor unidade possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”). O valor recuperável das UGCs corresponde ao seu valor justo.

A determinação das UGCs tem como base, principalmente, o fato de ser a menor unidade com monitoramento para fins gerenciais.

Para avaliar o valor em uso, a Companhia considera projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas de mercado, demanda e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto. Para ativos que não *goodwill*, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são representadas por imóvel em construção mantido para futuras negociações. As propriedades para investimento são reconhecidas ao custo.

3.9. Empréstimos e financiamentos

São passivos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são avaliados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.10. Bilhetagem eletrônica – vendas de créditos

Através de rede de vendas, própria e terceirizadas, a Companhia efetua a captação de valores para utilização no transporte público.

As transações de saldos de bilhetagem eletrônica são apresentadas de forma líquida nas demonstrações contábeis e referem-se a saldos a pagar e a receber operacionais das empresas de transportes coletivos, conforme contratos firmados entre as partes para gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, bilhetagem e remição.

Os valores a receber de redes de vendas e parceiros são relacionados às vendas de créditos eletrônicos registrados pelo valor adquirido, líquidos das taxas de administração. A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de créditos e, substancialmente, exige garantias reais de seus parceiros e rede de vendas. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e os títulos são reclassificados para o não circulante, sendo registrada uma perda estimada em créditos de liquidação duvidosa em contrapartida a despesas com vendas na demonstração de resultado.

Transações pendentes de repasse – referem-se aos valores das vendas de créditos eletrônicos de passagens para transporte coletivo realizadas pelas redes de vendas e parceiros. Os prazos de recebimento de parceiros e rede de vendas são inferiores a sete dias úteis.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.11. Fornecedores e contas a pagar

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis.

3.12. Provisões para demandas judiciais

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

3.13. Outros ativos e passivos

Outros ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.15. Benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos à empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros) e, remuneração variável, tais como bônus e incentivos de longo prazo. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

3.16. Arrendamentos

Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado nas demonstrações contábeis como uma obrigação com arrendamento financeiro (empréstimos e financiamentos).

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil estimada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são auferidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa no exercício ou período em que são incorridos.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação à todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Se novas informações forem disponibilizadas e que levarão a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.18. Tributos sobre prestações de serviços

A partir de 2017, as alíquotas da contribuição para o PIS e da COFINS são 1,65% e 7,60%, respectivamente (regime não cumulativo), reduzidos de créditos apurados pelos mesmos percentuais dos impostos sobre valores de determinados custos e despesas, diretamente atribuíveis à operação. Anteriormente a 2017 as alíquotas da contribuição para o PIS e da COFINS eram de 0,65% e 3% (regime cumulativo).

As receitas de prestação de serviço são também tributadas pelo ISS por alíquotas que variam entre 2% e 5%.

3.19. Resultado por ação básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível (alocado) aos acionistas pelo número médio ponderado de ações em aberto durante o período.

O lucro diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto ao fato de que às ações em circulação são adicionadas o potencial efeito de diluição. A Companhia não dispõe de instrumentos contratuais com potencial de diluição.

3.20. Demonstração do resultado abrangente

Não há transações que impactem outros resultados abrangentes.

3.21. Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“*Chief Operating Decision-Maker – CODM*”).

Um segmento de negócio é um componente identificável da Companhia, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito à riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio. As atividades operacionais da Companhia se referem substancialmente à venda de créditos de vale-transporte e taxa de administração e gerenciamento de créditos eletrônicos.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.22. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Companhia divulga a DVA como parte de suas demonstrações contábeis para fins societários, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, a DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, gerada principalmente por suas receitas, reduzidas dos cancelamentos de receita, insumos e serviços adquiridos, depreciação e amortizações. Enquanto que na segunda parte é apresentada a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.23. Pronunciamentos novos ou revisados adotados no exercício de 2018 (mas que não estavam em vigor em exercícios anteriores)

As alterações e novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e seus respectivos impactos estão apresentadas a seguir:

IFRS 9 – Financial Instruments (CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

Em 2014 foi emitida, pelo IASB, a versão final da IFRS 9 Instrumentos financeiros (CPC 48 – Instrumentos financeiros), que substitui a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração (CPC 38 – Instrumentos Financeiros) e todas as versões anteriores da IFRS 9. A nova norma reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva (contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório). A Companhia adotou a nova norma na data efetiva requerida e não efetuou reapresentação de informações comparativas.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.23. Pronunciamentos novos ou revisados adotados no exercício de 2018 (mas que não estavam em vigor em exercícios anteriores)--Continuação

A Companhia realizou avaliação de impacto detalhado dos aspectos referentes à classificação e mensuração, redução ao valor recuperável da IFRS 9. Essa avaliação foi realizada com base em informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita às mudanças decorrentes de alterações nos modelos de negócios adotados pela Companhia para gestão de seus ativos ao longo dos exercícios subsequentes.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não designou estruturas de proteção para a contabilidade de hedge.

A seguir apresentamos os principais tópicos considerados:

i) Classificação e mensuração – As avaliações foram realizadas por meio da verificação do modelo de negócio adotado pela Companhia para gestão de seus ativos financeiros em detrimento às classificações estabelecidas pela IAS 39/CPC 38, não tendo sido identificados impactos significativos em seu balanço patrimonial ou no patrimônio líquido na aplicação dos novos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9.

Dessa forma, a Companhia continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros que atualmente são mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes, foram avaliadas as características contratuais dos fluxos de caixa e se esses ativos são mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja captar fluxos de caixa contratuais que sejam representados exclusivamente por pagamento de principal e juros.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.23. Pronunciamentos novos ou revisados adotados no exercício de 2018 (mas que não estavam em vigor em exercícios anteriores)--Continuação

No quadro a seguir demonstramos os impactos para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos da IFRS 9:

Ativos/passivos financeiro	Classificação anterior	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Bilhetagem eletrônica	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

ii) Redução ao valor recuperável – A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável.

Para essa avaliação, a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de risco e particularidades operacionais e implementou modelos de reconhecimento de perda de crédito esperada considerando as diretrizes apresentadas pela IFRS 9. Dessa forma, a Companhia continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros que atualmente são mantidos ao valor justo.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.23. Pronunciamentos novos ou revisados adotados no exercício de 2018 (mas que não estavam em vigor em exercícios anteriores)--Continuação

A Companhia tem aplicado uma abordagem simplificada para registrar perdas esperadas em contas a receber de clientes. Além disso, considerando os requisitos para cálculo de redução ao valor recuperável estabelecido pelo IAS 39/CPC 48, a Companhia não reconhecia, até a adoção do IFRS 9/CPC 48, perdas esperadas com contrapartes com recebíveis de clientes. Dessa forma, dado que a maior parte de tais ativos são objeto de negociações com empresas predominantes em seu mercado de atuação, não houve indícios de redução no valor recuperável e, com a adoção do IFRS 9, não foram identificados impactos significativos.

O modelo adotado leva em consideração as características de risco de crédito das operações e contrapartes. Com base nisso, a Administração estabeleceu avaliação/classificação dos riscos de crédito agrupando-os em *ratings*. A Administração não identificou impactos relevantes em decorrência da adoção da metodologia de perdas esperadas, haja visto que foi realizado um estudo avaliando o comportamento dos recebíveis ao longo do tempo, observando a evolução das faixas de vencimento do *aging* e conciliando os títulos através do período para identificar a eficiência no recebimento.

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

A IFRS 15 (CPC 47 – Receita de contratos com clientes) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituiu todos os requisitos anteriores de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada foi exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.23. Pronunciamentos novos ou revisados adotados no exercício de 2018 (mas que não estavam em vigor em exercícios anteriores)--Continuação

A Companhia adotou a nova norma na data de vigência requerida, de forma prospectiva, pois avaliou os impactos detalhados dos aspectos referentes à mensuração e divulgação das obrigações de desempenho e contrapartida esperada na prestação dos serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos (bilhetagem eletrônica), além de outros serviços prestados à parceiros, cujos efeitos da avaliação dos impactos de adoção a IFRS 15 não foram significativos para as demonstrações contábeis da Companhia, uma vez que as receitas provenientes de contratos com clientes já são registradas deduzidas de descontos comerciais/outras deduções similares (quando aplicável), bem como não foram identificados impactos decorrentes de possível alteração do momento de reconhecimento de receita, dado que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da realização da transação ou na aferição do benefício do próprio serviço.

3.24. Pronunciamentos novos ainda não adotados

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações, se aplicáveis, quando se tornarem efetivas.

IFRS 16 – Leases (Arrendamento mercantil)

O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.24. Pronunciamentos novos ainda não adotados--Continuação

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no IFRS 16/CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do IAS 17/CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

O impacto da aplicação norma nas demonstrações contábeis será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos, instalações e locação de imóveis, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na norma anterior.

Transição para a norma IFRS 16

A Companhia planeja adotar a norma IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva modificada (isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não havendo reapresentação de informação comparativa. A Companhia optará por aplicar a norma a contratos que foram identificados como arrendamentos de acordo com a norma anterior. Portanto, a Companhia não aplicará a norma à contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando o IAS 17 e o IFRIC 4.

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.24. Pronunciamentos novos ainda não adotados--Continuação

Durante 2018, a Companhia realizou avaliação inicial dos impactos do IFRS 16. A adoção inicial acarretará em um aumento aproximado entre R\$ 12.000 e R\$ 13.000 no total de ativos e passivos, em decorrência do reconhecimento do direito de uso (sobre imóveis, terminais de autoatendimento e POS) e do passivo de arrendamento mercantil.

O aumento do passivo de arrendamento devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos resulta em um aumento na dívida líquida da Companhia, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional no montante aproximado de R\$ 4.500 ("aluguel"), resultando em um impacto relevante em determinados indicadores financeiros da Companhia, bem como um aumento correspondente no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais reportado nos fluxos de caixa. Não são esperados impactos significativos para contratos de arrendamentos financeiros.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- Alterações ao CPC 36 – Demonstrações consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 – Investimento em Coligada (IAS 28) em relação às vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- Alterações ao CPC 33 (R1) – Alterações, reduções ou liquidação de planos - abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período base anual.
- Interpretação IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda – A Interpretação (emitida no Brasil como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.24. Pronunciamentos novos ainda não adotados—Continuação

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a Entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a Entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

Não há outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada exercício das demonstrações contábeis, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas--Continuação

a) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota nº 16, sendo que são constituídas provisões para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

b) Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

c) Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa

Uma estimativa de perda esperada é registrada em uma quantia considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas decorrentes de cobranças de créditos a receber.

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos (ou quando ocorre algum evento específico) com o objetivo de avaliar mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Quando o resultado dessa avaliação indica que o valor contábil excede o valor recuperável, o valor contábil é ajustado. Essas perdas são lançadas em contrapartida ao resultado.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas--Continuação

e) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em um mercado ativo, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado (quando possível). Contudo, quando isso não for viável, determinado grau de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. Tal julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017	2016
		(Reapresentado)	(Reapresentado Não auditado)
Caixa e bancos	30	2	806
Aplicações financeiras (a)	57.959	40.156	11.758
	<u>57.989</u>	<u>40.158</u>	<u>12.564</u>

(a) As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), remunerados à taxa próxima ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros.

6. Contas a receber

	2018	2017	2016
		(Reapresentado)	(Reapresentado Não auditado)
Serviços de bilhetagem eletrônica (a)	11.170	2.605	7.297
Rede de vendas	5.003	3.462	2.566
Outros contas a receber	847	814	457
	<u>17.020</u>	<u>6.881</u>	<u>10.320</u>

(a) Serviços de bilhetagem eletrônica referem-se a contas a receber de clientes relacionados à gestão das operações de bilhetagem e rede de vendas para comércio de créditos eletrônicos.

A Administração avaliou a necessidade de registro de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa sobre contas a receber para saldos registrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e concluiu pela sua não constituição (pois os saldos possuem vencimentos de até 30 dias).

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Outros créditos

	2018	2017	2016
		(Reapresentado)	(Reapresentado Não auditado)
Empréstimos a partes relacionadas (a)	1.180	-	30.276
Adiantamentos à fornecedores	1.286	1.345	123
Depósitos para garantia	-	438	1.456
Outros créditos	1.619	983	2.929
	<u>4.085</u>	<u>2.766</u>	<u>34.784</u>
Circulante	4.085	2.328	33.327
Não circulante	-	438	1.457

(a) Saldo de 2016 liquidado com a incorporação da Promojet Gestão S.A.

8. Despesas antecipadas

	2018	2017	2016
		(Reapresentado)	(Reapresentado Não auditado)
Serviços de infraestrutura em informática	3.084	3.904	93
Outras despesas antecipadas	310	3	31
	<u>3.394</u>	<u>3.907</u>	<u>124</u>
Circulante	3.394	3.907	124

9. Partes relacionadas

As transações de saldos de partes relacionadas referem-se a saldos a pagar e a receber operacionais, conforme contratos firmados entre as partes da gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, gestão de caixa, bilhetagem e remição.

Os saldos de partes relacionadas estão assim apresentados:

	2018	2017	2016
		(Reapresentado)	(Reapresentado Não auditado)
Contas a receber de clientes			
Serviços de bilhetagem eletrônica (nota 6)	11.170	2.605	7.297
Outros créditos			
Empréstimos a partes relacionadas (nota 7)	1.180	-	30.276
Bilhetagem eletrônica			
Valores a repassar (nota 13)	42.931	37.840	30.963

Os empréstimos a partes relacionadas estão registrados de acordo com os termos definidos entre as partes.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas--Continuação

Os resultados obtidos de partes relacionadas estão assim apresentados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		(Reapresentado)	(Reapresentado Não auditado)
Gestão da operação de bilhetagem intermunicipal (nota 20)	57.547	30.644	28.801
Gestão da operação de bilhetagem municipal (nota 20)	4.912	4.544	-

Remuneração aos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a remuneração dos administradores estatutários e não estatutários foi de R\$ 2.138 e R\$ 1.959, respectivamente.

10. Imobilizado

<u>Descrição</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Líquido 31/12/2018</u>	<u>Custo (Reapresentado)</u>	<u>Depreciação Acumulada (Reapresentado)</u>	<u>Líquido 31/12/2017 (Reapresentado)</u>
	Móveis e utensílios	1.046	(244)	802	1.449	(380)
Instalações	784	(282)	502	812	(235)	577
Máquinas e equipamentos	471	(181)	290	614	(322)	292
Equipamentos de informática	6.609	(2.328)	4.281	6.779	(3.009)	3.770
Benfeitorias em bens de terceiros	329	(72)	257	487	(19)	468
	<u>9.239</u>	<u>(3.107)</u>	<u>6.132</u>	<u>10.141</u>	<u>(3.965)</u>	<u>6.176</u>
Provisão para perda de ativos	-	-	-	(581)	-	(581)
	<u>9.239</u>	<u>(3.107)</u>	<u>6.132</u>	<u>9.560</u>	<u>(3.965)</u>	<u>5.595</u>

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2017 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
<i>Ativo imobilizado</i>				
Móveis e utensílios	1.449	31	(434)	1.046
Instalações	812	19	(47)	784
Máquinas e equipamentos	614	141	(284)	471
Equipamentos de informática	6.779	1.047	(1.217)	6.609
Benfeitorias em bens de terceiros	487	266	(424)	329
	<u>10.141</u>	<u>1.504</u>	<u>(2.406)</u>	<u>9.239</u>
	Saldo em 31/12/2017 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
<i>Depreciação do ativo imobilizado</i>				
Terrenos	-	-	-	-
Móveis e utensílios	(380)	(92)	228	(244)
Veículos	-	-	-	-
Instalações	(235)	(79)	32	(282)
Máquinas e equipamentos	(322)	(47)	188	(181)
Equipamentos de informática	(3.009)	(424)	1.105	(2.328)
Benfeitorias em bens de terceiros	(19)	(77)	24	(72)
	<u>(3.965)</u>	<u>(719)</u>	<u>1.577</u>	<u>(3.107)</u>

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

<i>Descrição</i>	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido 31/12/2017	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido 31/12/2016
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado Não Auditado)	(Reapresentado Não Auditado)	(Reapresentado Não Auditado)
Terrenos	-	-	-	657	-	657
Móveis e utensílios	1.449	(380)	1.069	1.461	(704)	757
Veículos	-	-	-	68	(36)	32
Instalações	812	(235)	577	1.214	(481)	733
Máquinas e equipamentos	614	(322)	292	899	(524)	375
Equipamentos de informática	6.779	(3.009)	3.770	5.639	(2.998)	2.641
Benfeitorias em bens de terceiros	487	(19)	468	2.213	(1.816)	397
	10.141	(3.965)	6.176	12.150	(6.559)	5.591
Provisão para perda de ativos	(581)	-	(581)	(1.202)	-	(1.202)
	9.560	(3.965)	5.595	10.948	(6.559)	4.389

<i>Ativo imobilizado</i>	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
	(Reapresentado Não Auditado)				(Reapresentado)
Terrenos	657	-	(657)	-	-
Móveis e utensílios	1.461	726	(452)	(286)	1.449
Veículos	68	-	(68)	-	-
Instalações	1.214	2	(476)	72	812
Máquinas e equipamentos	899	130	(28)	(387)	614
Equipamentos de informática	5.639	539	-	601	6.779
Benfeitorias em bens de terceiros	2.213	487	(2.213)	-	487
	12.151	1.884	(3.894)	-	10.141

<i>Depreciação do ativo imobilizado</i>	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
	(Reapresentado Não Auditado)				(Reapresentado)
Terrenos	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	(704)	(83)	407	-	(380)
Veículos	(36)	-	36	-	-
Instalações	(481)	(81)	352	(25)	(235)
Máquinas e equipamentos	(524)	(58)	20	240	(322)
Equipamentos de informática	(2.998)	(442)	231	200	(3.009)
Benfeitorias em bens de terceiros	(1.817)	-	2.213	(415)	(19)
	(6.560)	(664)	3.259	-	(3.965)

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Propriedades para investimento

Em dezembro de 2017, como pagamento pela venda de terreno de sua propriedade, a Companhia recebeu, em permuta, um imóvel no valor de R\$ 2.870 (sendo este o valor justo estimado em 31 de dezembro de 2018). Em 2018, foi reclassificado para propriedade para investimento em função de sua futura destinação. Os montantes envolvidos nessa operação geraram um ganho de R\$ 2.213 (reconhecido na rubrica Outras receitas (despesas) operacionais líquidas).

12. Intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2017 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Licença de uso de software	11.010	3.136	(425)	13.721
	<u>11.010</u>	<u>3.136</u>	<u>(425)</u>	<u>13.721</u>

Descrição	Saldo em 31/12/2017 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Amortização de licença de uso de software	(4.552)	(3.011)	89	(7.474)
	<u>(4.552)</u>	<u>(3.011)</u>	<u>89</u>	<u>(7.474)</u>
Saldo líquido	<u>6.458</u>			<u>6.247</u>

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível – Continuação

Descrição	Saldo em 31/12/2016 (Reapresentado Não Auditado)	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017 (Reapresentado)
Licença de uso de software	3.898	8.095	(983)	11.010
	<u>3.898</u>	<u>8.095</u>	<u>(983)</u>	<u>11.010</u>

Descrição	Saldo em 31/12/2016 (Reapresentado Não Auditado)	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017 (Reapresentado)
Amortização de licença de uso de software	(3.027)	(2.044)	519	(4.552)
	<u>(3.027)</u>	<u>(2.044)</u>	<u>519</u>	<u>(4.552)</u>
Saldo líquido	<u>871</u>			<u>6.458</u>

13. Bilhetagem eletrônica

	2018	2017	2016
		(Reapresentado)	(Reapresentado Não auditado)
Saldo de bilhetagem eletrônica com rede de vendas	1.002	1.693	774
Saldo de bilhetagem eletrônica com Sp Trans (nota 9)	1.777	1.299	500
Saldo de bilhetagem eletrônica com CMT (nota 9)	42.931	37.840	30.963
	<u>45.710</u>	<u>40.832</u>	<u>32.237</u>

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

	2018	2017	2016
		(Reapresentado)	(Reapresentado Não auditado)
Infraestrutura e tecnologia da informação	4.686	6.435	1.195
Serviços	2.269	915	716
Insumos na prestação de serviços	126	462	532
Publicações e marketing	146	250	71
Aluguéis a pagar	214	247	163
Serviços de transportes	471	220	523
	<u>7.912</u>	<u>8.529</u>	<u>3.200</u>
	2017	2017	2016
Circulante	7.912	7.174	3.200
Não circulante	-	1.355	-
	<u>7.912</u>	<u>8.529</u>	<u>3.200</u>

15. Obrigações tributárias e trabalhistas

	2018	2017	2016
		(Reapresentado)	(Reapresentado Não auditado)
Imposto de renda e contribuição social	2.186	256	3.122
Imposto sobre serviços - ISS	294	178	338
PIS e COFINS	272	242	261
Outros tributos a recolher	90	116	97
Obrigações tributárias	<u>2.842</u>	<u>792</u>	<u>3.818</u>
Provisão para férias	1.181	1.169	1.204
INSS	756	712	718
FGTS	322	223	226
Participação nos lucros ou resultados	3.529	3.542	1.802
Obrigações trabalhistas	<u>5.788</u>	<u>5.646</u>	<u>3.950</u>
	<u>8.630</u>	<u>6.438</u>	<u>7.768</u>

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para demandas judiciais

A Companhia, no curso normal de suas operações, é parte em ações judiciais e processos administrativos. Para os processos em andamento, de natureza trabalhista, cível e tributária, em que a opinião dos assessores legais é desfavorável e, com base nessa opinião, a Companhia acredita não haver novas constituições de provisão, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

	2018	Baixas		2017	Baixas		2016
		Adições	Reversões		Adições	Reversões	
Fiscal	1.176	2	(27)	1.210	800	(598)	1.008
Trabalhista	6.138	3.790	(156)	3.022	1.316	-	1.706
	<u>7.314</u>	<u>3.792</u>	<u>(183)</u>	<u>4.232</u>	<u>2.116</u>	<u>(598)</u>	<u>2.714</u>

A Companhia foi parte em outros processos que foram classificados pelos assessores jurídicos como de risco de perda possível, portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Em 31 de dezembro de 2018, não há processos com tal classificação. Em 31 de dezembro de 2017, os montantes atribuídos às discussões totalizam R\$773 (R\$4.036 em 2016).

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social é composto de 24.943.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, integralmente detidas pela Mondopass S.A. (21.500.000 ações em 2016). O capital social da Companhia foi aumentado em 31 de dezembro de 2017 pela incorporação da parte relacionada Promojet Gestão S.A.

b) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem registrado na rubrica de "Reserva legal" o valor de R\$ 2.155 (R\$ 963 em 2017).

c) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral destinar o resultado apurado, líquido das constituições de reservas exigidas por lei. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores registrados em dividendos a pagar foram de R\$5.659 e de R\$1.510, respectivamente, sendo o residual destinado à Reserva de lucros.

d) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem registrado na rubrica de "Reservas de lucros" R\$17.379 (R\$ 520 em 2017).

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Reserva de lucros não realizados

A reserva de lucros não realizados é constituída com o intuito de segregar do resultado do exercício itens que não tiveram efeito caixa para que estes não integrem a base de reserva de lucros e de distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou como reserva de lucros não realizados o ganho na operação de permuta com bens do ativo imobilizado (vide Nota nº 11).

f) Registro da transação de créditos entre acionistas

Em 20 de dezembro de 2016, a Interpass Participações S.A. (controladora anterior da Companhia) celebrou acordo junto à Mondopass S.A. para a venda integral das participações societárias mantidas na Companhia, na Promojet Gestão S.A. e Bom Mob Telecom S.A. Como a Interpass Participações S.A. possuía saldo a pagar para a Companhia, alienou a participação societária para a Mondopass S.A. mediante a assunção da dívida por esta última. Dessa forma, o saldo a receber da Companhia junto à Mondopass S.A. foi reclassificado para a rubrica Reserva de capital no Patrimônio Líquido (em virtude da intenção de incorporação ao capital social da Companhia).

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Valor justo e hierarquia – A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e;
- Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

<u>Ativos/passivos financeiros</u>	<u>Valor contábil</u> 31/12/18	<u>Valor justo</u> 31/12/18	<u>Valor contábil</u> 31/12/17	<u>Valor justo</u> 31/12/17	<u>Valor contábil</u> 31/12/16	<u>Valor justo</u> 31/12/16	<u>Mensuração do</u> <u>valor justo</u>	<u>Classificação IFRS 9</u>
Caixa e equivalentes de caixa	57.989	57.989	40.158	40.158	12.564	12.564	Nível I	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	17.020	17.020	6.881	6.881	10.320	10.320	Nível II	Custo amortizado
Depósitos judiciais	32	32	91	91	91	91	Nível II	Custo amortizado
Bilhetagem eletrônica	45.710	45.710	40.832	40.832	32.237	32.237	Nível II	Custo amortizado
Fornecedores	7.912	7.912	8.529	8.529	3.200	3.200	Nível II	Custo amortizado
Outras contas a pagar	3.044	3.044	5.041	5.041	2.358	2.358	Nível II	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	142	142	570	570	996	996	Nível II	Custo amortizado

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras – Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta, na data-base de 31 de dezembro de 2018 foram definidos cinco cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2018, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e, assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2018 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Posição em 31/12/2018	Cenário Provável	Projeção receitas financeiras - um ano				
			Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		7,13%	3,57%	5,35%	8,91%	10,70%	
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	57.959	4.132	2.066	3.099	5.166	6.199

Gestão de risco de capital – Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de pontos de vendas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

A estrutura de capital da Companhia pode ser assim apresentada:

	2018	2017	2016
Empréstimos e financiamentos	142	570	996
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos	45.710	40.832	32.237
Depósitos judiciais	32	91	91
Outras contas a pagar	3.045	5.042	2.358
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(57.989)	(40.158)	(12.564)
(-) Contas a receber e outros créditos	(21.105)	(9.647)	(45.104)
Posição financeira líquida	<u>(30.165)</u>	<u>(3.270)</u>	<u>(21.986)</u>
Patrimônio Líquido	22.325	4.274	14.313

Categoria de instrumentos financeiros:

	2018	2017	2016
<u>Ativos financeiros</u>			
Empréstimos e recebíveis:			
Caixa e equivalentes de caixa	57.989	40.158	12.564
Contas a receber	17.020	6.881	10.320
Outros créditos	4.085	2.766	34.784
<u>Passivos financeiros</u>			
Custo amortizado:			
Fornecedores	7.912	8.529	3.200
Empréstimos e financiamentos	142	570	996
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos	45.710	40.832	32.237
Outros passivos a pagar	3.044	5.041	2.358

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de risco de liquidez – A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da diretoria financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir demonstra em detalhes os prazos de vencimentos contratuais restantes dos instrumentos financeiros da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos mesmos, considerando-se os vencimentos mais curtos para quitação das respectivas obrigações:

	Inferior a um ano	Total
Contas a receber de clientes	17.020	17.020
Outros créditos	4.085	4.085
Despesas antecipadas	3.394	3.394
Fornecedores	7.912	7.912
Empréstimos, financiamentos	142	142
Bilhetagem eletrônica	45.710	45.710
Outras contas a pagar	3.044	3.044

Considerações sobre riscos – Os negócios da Companhia compreendem especialmente a comercialização e o gerenciamento de créditos eletrônicos. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes:

- Risco de crédito – As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes;
- Risco de fraude – A Companhia possui procedimentos internos que auxiliam no monitoramento das transações efetuadas com cartões de passagens eletrônicas, que mitigam os riscos de transações suspeitas de fraude;
- Risco de mercado – Decorre do desaquecimento do cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio de análises do volume de transações nos validadores eletrônicos que captam as operações de bilhetagem. Os principais riscos relacionados são as variações na quantidade de passageiros transportados por empresas de transportes coletivos, METRO e CPTM.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

- d) Risco de taxas de juros – A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Bancário (CDB)”, relativas às aplicações financeiras.

Não houve, no período apresentado, compromissos futuros objetos de proteção patrimonial de fluxo de caixa e derivativos. Da mesma forma, a Administração da Companhia entende não haver risco de mercado pela alteração na taxa de juros, uma vez que todos os seus passivos financeiros registrados não são relevantes para sua operação.

19. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social é como segue:

Apurado pelo lucro real

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	33.875	8.599
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	(11.518)	(2.924)
(Adições)/exclusões permanentes líquidas	1.815	(3.828)
Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05	3.959	3.585
Resultado na alienação de bens (permuta do terreno)	-	752
Outros	(4.917)	(529)
	<u>(10.661)</u>	<u>(2.944)</u>

- a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Composição diferido		
Provisão perdas	-	380
Provisão para participação nos resultados	1.964	1.118
Provisões diversas	(1.350)	16
	<u>614</u>	<u>1.514</u>

Os impostos diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são reconhecidos com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A Companhia tem expectativa de realização do imposto diferido ativo no período máximo de até dois anos, sendo o valor contábil do ativo fiscal diferido revisado periodicamente e as projeções revisadas anualmente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

20. Receitas

	2018	2017
		(Representado)
Taxa credenciamento (a)	54.694	42.021
Gestão de vendas (b)	57.547	30.644
Taxa de administração municipal (c)	4.912	4.544
Rede de vendas (d)	10.148	7.156
Taxa de emissão 2ª via (e)	6.734	4.321
Vendas Web aos usuários (f)	313	338
Entrega em domicílio (g)	833	399
Outras receitas	486	214
	<u>135.667</u>	<u>89.637</u>
(-) Deduções da receita - tributos	<u>(15.813)</u>	<u>(11.474)</u>
Receita líquida	<u>119.854</u>	<u>78.163</u>

- (a) Prestação de serviços cobrados das empresas que comercializam o crédito vale-transporte e vendas diretas a empregadores;
- (b) Taxa de administração e gerenciamento de vendas de créditos eletrônicos às empresas intermunicipais;
- (c) Taxa de administração cobrada das empresas de transportes às empresas municipais;
- (d) Receita oriunda do credenciamento junto à SPTRANS;
- (e) Prestação de serviços cobrados na emissão da 2ª via dos cartões eletrônicos;
- (f) Taxa de conveniência pela venda de créditos de bilhetagem via internet;
- (g) Tarifa na entrega do cartão domiciliar.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Informações sobre a natureza das despesas (custos e despesas)

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação de custos e despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas, reconhecidos na demonstração do resultado, são apresentadas a seguir:

	2018	2017 (Reapresentado)
Despesas de serviços especializados	(35.516)	(26.808)
Despesas com pessoal	(21.764)	(22.280)
Despesas administrativas	(12.239)	(8.242)
Custos com expansão e operação	(6.658)	(3.671)
Benefícios com funcionários	(6.161)	(7.177)
Depreciação e amortização	(3.730)	(2.708)
Despesas com publicidade e propaganda	(2.530)	(2.858)
Outras despesas	(630)	-
	<u>(89.228)</u>	<u>(73.744)</u>
Custo dos serviços prestados	(45.024)	(39.013)
Gerais e administrativas	(41.525)	(30.571)
Vendas e marketing	(2.679)	(4.160)
	<u>(89.228)</u>	<u>(73.744)</u>

22. Resultado financeiro

	2018	2017 (Reapresentado)
Receitas de aplicações financeiras	1.085	1.902
Outras receitas financeiras	212	51
	<u>1.297</u>	<u>1.953</u>
Encargos bancários	(192)	(743)
Outras despesas financeiras	(116)	(257)
	<u>(308)</u>	<u>(1.000)</u>
Resultado financeiro	<u>989</u>	<u>953</u>

23. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional. O montante dessas despesas totalizou R\$ 4.530 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 5.257 em 2017).

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Transações que não afetam o caixa

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve transações nas atividades de financiamento e investimento da Companhia que não afetassem caixa, exceto pela incorporação da Promojet Gestão S.A. em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 3.442, pela permuta do imóvel por unidade em construção no exercício de 2017 no montante de R\$ 2.870 (com registro de ganho no resultado no montante de R\$ 2.213) e declaração de dividendos nos montantes de R\$ 5.659 e R\$ 1.510 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, dos quais R\$ 1.510 foram pagos em 2018 (R\$ 555 em 2017).

25. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

Saldo de empréstimos e financiamentos em 2016 (Reapresentado Não Auditado)	996
(+) Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	161
(+) Captação de empréstimos e financiamentos	10.000
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos	(10.426)
(-) Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(161)
Saldo de empréstimos e financiamentos em 2017 (Reapresentado)	570
(+) Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	62
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos	(490)
Saldo de empréstimos e financiamentos em 2018	142
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil circulante	142
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil não circulante	-

26. Compromissos – contratos de arrendamentos

A Companhia possui contratos de aluguéis, onde se situam suas instalações e estão localizados pontos de atendimento e de vendas, sendo o custo no período, incluindo despesas com condomínio, de R\$ 6.481 (R\$ 7.422 em 31 de dezembro de 2017) reajustado, principalmente, pela variação do IGP-M/FGV. Os prazos de locação variam entre três e cinco anos e os contratos preveem multa no caso de rescisão que correspondem ao valor máximo de três meses de aluguel (ou proporcional ao tempo de término de contrato).

27. Informações por segmento

Com base no CPC 22, os segmentos operacionais da Companhia não atingem os critérios mínimos quantitativos para divulgação e não foram considerados significativos para sua apresentação de forma separada.

Autopass S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme segue:

Modalidade de Seguros	Cobertura	Final da vigência
Responsabilidade civil	3.000	06/09/2019
Responsabilidade civil administradores (D&O)	15.000	15/06/2019
Seguro riscos operacionais	3.875	20/04/2019

Não faz parte do escopo do auditor independente a análise quanto à suficiência da cobertura dos seguros.

* * * * *